



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –  
Nº 487  
27/11/2015 a 03/12/2015<sup>1</sup>**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.**

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

**Coordenação:** Prof. Dr. Eduardo Mei

**Equipe de revisão:** Adriane Gomes Fernandes de Almeida, Camila Oliveira Santana, Fábio Rocha Gaspar, Thiago Eizo Coutinho Maeda e Vitor Garcia de Oliveira Raymundo.

**Equipe de redação:** Amanda Ferreira, Camila Gomes de Assis, Deise Ferraz Capuzzo Jabali, Giovanni Sarto, Mario Lurago Neto, Rúbia Áisa Marcondes da Fonseca e Taís Caroline de Oliveira.

---

<sup>1</sup>Nos dias 29 e 30 de novembro e no dia 3 de dezembro não houve notícias de política externa brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

### **Unasul e OEA condenaram crime ocorrido na Venezuela**

No dia 26 de novembro, a União das Nações Sulamericanas (Unasul) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenaram o assassinato do político Luís Díaz, secretário-geral do partido venezuelano Ação Democrática (AD). Segundo comunicado veiculado pelas redes sociais, a missão eleitoral da Unasul, instalada na Venezuela para as eleições do dia 6 de dezembro, expressa a sua mais enérgica condenação a todo tipo de violência que possa afetar o desenvolvimento normal do processo eleitoral. O secretário geral da OEA, Luis Almagro, também demonstrou repúdio ao afirmar que o episódio da morte do político é uma ferida mortífera à democracia (O Estado de São Paulo – 27/11/2015 – Internacional).

### **Brasil condenou morte de opositor venezuelano**

No dia 27 de Novembro, em nota oficial, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que tomou consciência com consternação e condenou com firmeza o assassinato de Luís Manuel Díaz, secretário-geral do partido venezuelano opositor Ação Democrática (AD). A nota reforçou que é de responsabilidade das autoridades venezuelanas zelar para que o processo eleitoral transcorra de forma limpa e pacífica, e rechaçou firmemente o recurso a qualquer tipo de violência que possa afetar o bom desenvolvimento do processo eleitoral. O Itamaraty reiterou que insta as autoridades venezuelanas a investigar e punir os responsáveis, e assegurou confiar que o governo venezuelano atuará para coibir quaisquer atos de violência ou intimidação que possam colocar em dúvida a credibilidade do processo eleitoral. Na semana anterior, a presidente Dilma Rousseff enviou seu assessor para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, à Venezuela portando uma carta assinada pela mandatária, na qual a presidente queixava-se sobre a falta de posicionamento do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, em relação ao veto ao nome de Nelson Jobim para comandar a missão de observação da União das Nações Sulamericanas (Unasul), além de pedir transparência nas eleições. Ademais, o representante brasileiro na missão da Unasul que acompanhará as eleições venezuelanas será Antônio Mena Gonçalves, cônsul do Brasil em Washington (Correio Braziliense – Mundo – 28/11/2015; O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/11/2015).

### **Brasil demonstrou-se contrário a utilização da cláusula democrática contra a Venezuela**

No dia 30 de novembro, na França, em declaração à jornalista, a presidente Dilma Rousseff afirmou que a utilização da cláusula democrática pelo Mercosul deve pautar-se sobre fatos determinados e não sobre hipóteses. Ao lembrar a utilização desta cláusula no caso paraguaio, a mandatária reiterou a relevância do mecanismo e ressaltou a importância da utilização do mesmo a partir de determinados limites. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/12/2015).



Observatório de Política Exterior do Brasil

### **Dilma defendeu tratado global vinculante sobre o clima**

No dia 30 de novembro, na França, durante a 21ª Conferência do Clima (COP-21), a presidente Dilma Rousseff cobrou a adoção de um tratado legalmente vinculante sobre as questões climáticas. Em plenária, a mandatária brasileira enfatizou a necessidade de atitudes mais efetivas capazes de definir caminhos e compromissos concretos afastando-se, portanto, da elaboração de um documento que simbolize meramente a soma das melhores intenções de todos os países. Ainda sobre o tratado, Rousseff voltou a defender a necessidade de uma distinção de responsabilidades no que tange a temática abordada entre os ditos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para a presidente, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, é a pedra angular para o sucesso desta iniciativa. Ademais, Rousseff reiterou a necessidade de se propiciar condições para que todos os países em desenvolvimento possam trilhar os caminhos da econômica de baixo carbono e ressaltou que o Brasil tem contribuído consideravelmente para conter o aquecimento global tendo reduzido até o presente momento 80% do desmatamento da Amazônia. Por fim, a presidente brasileira comprometeu-se a reduzir em 43% as emissões de carbono até 2030 e afirmou ser esta uma meta ambiciosa e que vai além da parcela de responsabilidade brasileira no aumento da temperatura média global (Correio Brasiliense – Ciência – 01/12/2014; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/12/2015).

### **Teixeira e Figueiredo fizeram declarações a respeito da COP-21**

No dia 1º de dezembro, em uma entrevista coletiva, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reafirmou a posição brasileira de que haja um acordo justo, universal e legalmente vinculante, que tenha força de lei e respeite as diferenças de realidades econômicas. A declaração deu-se no contexto da 21ª Conferência do Clima (COP-21), iniciada no dia 30 de novembro, em Paris. Teixeira afirmou que os países não podem se fiar apenas em intenções, mas que é necessário um mecanismo de controle e fiscalização das ações. A ministra também criticou a falta de transparência nas negociações sobre financiamento, ressaltando que o Brasil quer uma abordagem balanceada entre direitos e obrigações. Ademais, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, na mesma entrevista, declarou que o desafio é levar o espírito de comprometimento demonstrado pelos líderes no dia anterior para as salas de negociação e traduzi-lo em soluções concretas (Correio Braziliense – Mundo – 02/12/2015).